

AO JUÍZO DA _____ VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE _____ - DISTRITO FEDERAL.

INFORMAR SE É DISTRIBUIÇÃO AUTÔNOMA (MENOR RESIDE NA COMARCA DIVERSA DO TÍTULO JUDICIAL) OU DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO COM NÚMERO CNJ/PJE

NOME, estado civil, nacionalidade, profissão, endereço, telefones, e-mail, CPF, RG, devidamente qualificado (a) no processo em epígrafe, por meio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, vem(vêm), perante esse juízo, com fundamento nos artigos 523 e seguintes do Código de Processo Civil (CPC), propor:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA- RITO EXPROPRIAÇÃO

em face de, **NOME DO REQUERIDO** estado civil, nacionalidade, profissão, endereço, telefones, e-mail, CPF, RG, (SE NÃO HOUVER CPF, ENDEREÇO, TENTAR COLOCAR FILIAÇÃO- NOME DA GENITORA, DATA DE NASCIMENTO OU QUALQUER OUTRO PARÂMETRO DE PESQUISA QUE POSSA SER UTILIZADO NO INFOSEG), em razão dos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I-DOS FATOS

O (s) autores é/são filhos do requerido, conforme documento (s) de identificação anexo (s).

Por sentença prolatada nos autos do processo _____ pela _____, já transitada em julgado foram fixados alimentos no percentual de _____, com vencimento na data de _____, conforme anexo.

O requerido não efetuou o pagamento das parcelas de alimentos dos meses _____.

Sendo irrefutável a obrigação alimentar e não havendo nenhuma justificativa para seu não pagamento é necessário o presente cumprimento de alimentos.

O valor do inadimplemento da obrigação é no total de _____, conforme cálculos anexos.

II-DO DIREITO

O cumprimento de alimentos no rito da penhora é regulado pelo que dispõe o artigo 523 e seguintes do Código de Processo Civil:

Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

§ 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

§ 2º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1º incidirão sobre o restante.

§ 3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

Art. 782. Não dispondo a lei de modo diverso, o juiz determinará os atos executivos, e o oficial de justiça os cumprirá.

§ 1º O oficial de justiça poderá cumprir os atos executivos determinados pelo juiz também nas

comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana.

§ 2º Sempre que, para efetivar a execução, for necessário o emprego de força policial, o juiz a requisitará.

§ 3º A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.

§ 4º A inscrição será cancelada imediatamente se for efetuado o pagamento, se for garantida a execução ou se a execução for extinta por qualquer outro motivo.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º aplica-se à execução definitiva de título judicial.

III-DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

a) A concessão dos benefícios da GRATUIDADE DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 98, §1º, do Código de Processo Civil vigente;

b) A intimação do Ministério Público para officiar no feito, nos termos da lei;

c) A intimação do requerido para que, em 15 (quinze) dias, pague os alimentos devidos no valor de **R\$ _____** (_____), depositando tal valor na conta bancária: _____, de titularidade da genitora do autor/ do autor, conforme anexo, prove que o fez ou justifique a impossibilidade fazê-lo, sob pena de aplicação de multa e de honorários advocatícios em valor equivalente a 10% (dez por cento) para cada verba, bem como de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento da dívida, nos termos dos artigos 523, §§1º a 3º c.c. 831, ambos do Código de Processo Civil em vigor;

d) Não efetuado o pagamento no prazo legal, requer-se, desde já: d1) o protesto do pronunciamento judicial, na forma do artigo 528, §2º, do Código de Processo Civil em vigor, bem como a expedição de ofício aos órgãos de proteção ao crédito para inscrição do nome do executado, sem prejuízo da continuidade dos atos expropriatórios, nos termos do art. 782, §3º do CPC, d2) a realização de pesquisa BACENJUD, RENANJUD e ERIDFT, de modo a penhorar quaisquer valores, ativos financeiros ou bens móveis/imóveis que bastem para adimplir o débito;

e) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, no percentual de 20% do valor da causa, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF (artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04 de dezembro de 2007 com a redação que lhe deu o artigo 3º da Lei Complementar Distrital Nº 908/2016) – e deverão ser recolhidos junto ao Banco XXXX

Atribui-se à causa o valor de **R\$** _____
(_____).

Nesses termos, pede deferimento.

DF, _____.

NOME DO ATENDENTE

ESTAGIÁRIO/COLABORADOR

MATRÍCULA

Defensor(a) Público (a) do
Distrito Federal

ANEXOS (sugestão para organização- retirar essa parte)

2. Declaração Fática Assinada em todas as folhas (se for menor púbere, também tem que assinar junto com a genitora);

3. Declaração Hipossuficiência assinada e comprovante de renda;

4. Documentos Pessoais dos autores e representante legal com comprovante de residência;
5. Título Executivo Judicial (inicial, sentença, trânsito em julgado).
6. Cálculo dos alimentos;
7. Extratos Bancários demonstrando que não houve depósito ou os depósitos parciais;
8. Procuração, quando houver advogado particular;
9. Cartão Bancário (facultativo)